

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

O Estudo Técnico Preliminar foi realizado de acordo com os elementos previstos no §1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objetivo: Analisar a viabilidade e pertinência da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de jardinagem nas vias públicas, praças, canteiros, áreas verdes e no Horto Municipal do Município de Itajaí, compreendendo atividades de plantio, conservação, poda ornamental, irrigação, produção de mudas, preparo do solo e demais serviços correlatos.

Os serviços serão executados mediante disponibilização de equipe operacional, veículos, equipamentos, ferramentas e insumos necessários, conforme condições a serem estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência. O objeto está alinhado às diretrizes de economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Obras

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	cargo	Matrícula	E-mail
Paulo Ricardo da Silva	Assessor	1629502	Paulo.ricardo@itajai.sc.gov.br
Adilaine Cristina Furtado	Assessora	1408805	Adilaine.furtado@itajai.sc.gov.br
Ana Paula Pelegrini	Assessora	1097803	Ana.pelegrini@itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A Secretaria Municipal de Obras do Município de Itajaí possui como atribuição institucional a conservação dos espaços verdes urbanos, compreendendo vias públicas, praças, jardins, canteiros centrais e o Horto Municipal, incluindo atividades de produção de mudas, tratos culturais, plantio, irrigação, manejo fitossanitário e serviços correlatos.

Atualmente, tais atividades são executadas por meio do Contrato nº 143/2021, cuja vigência se encerrará em 31 de maio de 2026, em razão do atingimento do prazo máximo legal de prorrogação.



O modelo contratual vigente contempla a execução integral dos serviços por meio de um único instrumento contratual, sem segmentação por especialidade técnica ou por frente operacional. Embora tenha assegurado a continuidade dos serviços, a experiência administrativa acumulada ao longo da execução contratual evidenciou limitações relevantes relacionadas à gestão, fiscalização e avaliação de desempenho.

Com vistas ao aprimoramento do modelo contratual, o presente estudo incorpora a adoção de indicadores de desempenho e critérios objetivos de mensuração dos resultados, de modo a superar as limitações identificadas no modelo anterior e alinhar a contratação às melhores práticas de gestão por resultados.

Nesse contexto, foram identificadas as seguintes dificuldades operacionais:

- I – limitação no controle gerencial das equipes em campo;
- II – dificuldade na mensuração da produtividade por tipo de serviço executado;
- III – restrição à fiscalização individualizada das frentes de trabalho;
- IV – ausência de parâmetros objetivos para avaliação de desempenho técnico por área de atuação;
- V – dificuldade na alocação estratégica de recursos humanos em função da sazonalidade das demandas.

Adicionalmente, a concentração de múltiplas atividades em um único contrato dificulta a identificação precisa das responsabilidades por tipo de serviço, especialmente diante da coexistência de frentes operacionais distintas, tais como:

- plantio e implantação paisagística;
- tratamentos culturais e manutenção de áreas verdes;
- manejo fitossanitário;
- produção de mudas e preparo de substrato no Horto Municipal;
- serviços de manutenção estrutural e apoio operacional;
- manutenção corretiva de canteiros e áreas urbanas.

Tal configuração contratual compromete a eficiência administrativa, limita a gestão por resultados e dificulta o aprimoramento dos mecanismos de fiscalização, especialmente diante da ampliação das áreas verdes urbanas e do aumento da complexidade das atividades envolvidas.

A inclusão do pedreiro e da mini carregadeira justifica-se pelo apoio às atividades estruturais do Horto Municipal e às intervenções necessárias para implantação e manutenção de canteiros, preparo de solo e movimentação de materiais, sendo atividades complementares às ações de jardinagem.

Além disso, a ausência de segmentação contratual impede a avaliação comparativa de desempenho entre equipes especializadas, reduz a capacidade de estabelecimento de indicadores específicos por tipo de serviço e limita a possibilidade de adoção de ajustes contratuais pontuais, sem impactar a totalidade da execução.



Dessa forma, evidencia-se a necessidade de reestruturação do modelo de contratação, com vistas à melhoria da eficiência operacional, ao aprimoramento da fiscalização e à otimização da gestão dos serviços de jardinagem no âmbito do Município.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano de Contratações Anual (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A contratação destes serviços está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), como item essencial para garantir a manutenção urbana eficiente no município de Itajaí.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Trata-se de serviços de execução indireta, a serem prestados por empresas especializadas, considerando que a Administração não dispõe de equipe própria suficiente para atender, de forma contínua e simultânea, às demandas de manutenção e conservação das áreas verdes urbanas e do Horto Municipal.

A natureza continuada da contratação decorre da necessidade permanente de manutenção, conservação e recomposição das áreas verdes urbanas e da operação do Horto Municipal, essenciais à preservação ambiental, à qualidade paisagística e à organização urbana, e não apenas de atividades acessórias como transporte ou apoio logístico.

Os principais requisitos da potencial contratação compreendem, de forma não exaustiva:

- a) Disponibilização de mão de obra qualificada, veículos, equipamentos, insumos e ferramentas e equipamentos específicos de jardinagem, tais como roçadeiras, sopradores, ferramentas de poda e maquinários de apoio, necessários à execução dos serviços de jardinagem urbana e operação do Horto Municipal;
- b) Disponibilidade contínua dos veículos e equipamentos, de modo a assegurar a regularidade dos serviços durante toda a vigência contratual;
- c) Responsabilidade da contratada pelos custos operacionais, tais como manutenção preventiva e corretiva, seguro, encargos trabalhistas e demais despesas inerentes à prestação do serviço, conforme vier a ser definido no Termo de Referência;
- d) Observância de critérios mínimos de segurança e conservação dos veículos, garantindo condições adequadas de uso e mitigação de riscos operacionais;

Quanto à duração, a contratação deverá possuir vigência inicial de 12 (doze) meses, considerando a natureza continuada do serviço e a necessidade de garantir previsibilidade e eficiência operacional, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.



5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A estimativa das quantidades para a presente contratação foi elaborada com base na análise de dados históricos referentes às atividades de plantio realizadas no Horto Municipal durante o exercício de 2025, conforme registros operacionais da Secretaria Municipal de Obras.

O levantamento evidencia a execução contínua de serviços de plantio e manutenção de áreas verdes, com elevado consumo de insumos e significativa utilização de espécies ornamentais, conforme síntese a seguir:

Dados consolidados de consumo (exercício 2025)

- cama aviária: 2.229 unidades
- substrato: 212 unidades
- adubo: 193 unidades
- grama: 298 unidades

Espécies vegetais com maior utilização:

- tagete: 906 unidades
- sálvia: 417 unidades
- girassol: 413 unidades
- moréia: 334 unidades
- gerânio: 190 unidades
- vinca (variações): aproximadamente 320 unidades
- begônia: 137 unidades
- petúnia: 131 unidades

A análise dos dados históricos permite identificar:

- elevada frequência de atividades de plantio ao longo do exercício;
- diversidade de espécies vegetais utilizadas, exigindo manejo técnico diferenciado;
- dependência contínua de insumos para preparo de solo e manutenção;
- padrão operacional caracterizado como serviço contínuo, e não pontual.

Memória de cálculo

Considerando:

- o volume anual de insumos e espécies utilizadas;
- a execução recorrente de serviços de plantio e manutenção;
- a necessidade de atendimento simultâneo de diferentes áreas do Município;
- a ampliação das áreas verdes urbanas e demanda crescente por manutenção;

Adota-se como referência o histórico do exercício de 2025, projetando a necessidade de manutenção de estrutura operacional capaz de atender, de forma contínua, as demandas do Horto Municipal e das áreas públicas.

Secretaria Municipal de Obras

Rua José Pereira Liberato, 1899 – Bairro São João
CEP 88.304-400 - Itajaí/SC Telefone: (47) 3228-7979 ou (47) 3348-0303



A definição das equipes e quantitativos operacionais (lotes) foi dimensionada de forma a:

- garantir a continuidade dos serviços;
- evitar desabastecimento de insumos e interrupção das atividades;
- permitir atendimento simultâneo de múltiplas frentes de trabalho;
- assegurar capacidade técnica para manejo das espécies utilizadas.

Para atendimento adequado das demandas identificadas, estima-se a necessidade de:

Composição LOTE I

Equipe 1 – AZUL – Plantio e Implantação

Equipe 2 – LARANJA - Tratos Culturais e Manejo

Equipe 3 – AMARELO - Tratamento Fitossanitário

Quantitativo do Lote I:

- 01 Encarregado
- 03 Técnicos Agrícolas
- 06 Jardineiros
- 15 Auxiliares de Serviços Gerais

Justificativa técnica:

O quantitativo permite atuação simultânea em múltiplas frentes urbanas, garantindo:

- manutenção preventiva contínua;
- atendimento de demandas emergenciais;
- rotação de equipes por região;
- supervisão técnica permanente (3 técnicos para 3 frentes especializadas).

Composição LOTE II

Equipe única – CINZA - Formação e manutenção de canteiros

Quantitativo do Lote II:

- 02 Jardineiros
- 02 Auxiliares de Serviços Gerais

Justificativa técnica:



Equipe enxuta e flexível, destinada a intervenções específicas e apoio complementar, evitando sobrecarga das equipes técnicas principais.

Composição LOTE III

Equipe única – VERDE - Produção de substrato, semeadura, repicagem

Quantitativo do Lote III:

- 01 Encarregado
- 01 Técnico Agrícola
- 01 Operador de Mini Carregadeira
- 02 Jardineiros
- 07 Auxiliares de Serviços Gerais
- 01 Pedreiro
- 01 Roçador

Justificativa técnica:

O Horto Municipal demanda equipe fixa e especializada, considerando:

- produção contínua de mudas;
- manutenção de estruturas físicas;
- manipulação de substratos;
- controle técnico agrícola;
- necessidade de operação de maquinário específico.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Com o objetivo de identificar a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa, foi realizado levantamento das alternativas disponíveis no mercado para a execução dos serviços de jardinagem, manutenção de áreas verdes urbanas e atividades correlatas.

A análise econômica considerou a experiência do Contrato nº 143/2021, bem como estimativas de custos operacionais, demonstrando que a segmentação em lotes permite



melhor alocação de recursos, redução de ineficiências e maior aderência entre custo e demanda efetiva de cada frente de serviço.

Foram avaliadas as seguintes alternativas:

a) Execução direta pela Administração

Essa alternativa pressupõe a realização dos serviços por meio de equipe própria do Município, com a necessidade de ampliação do quadro de pessoal, aquisição de veículos, equipamentos, ferramentas e insumos, além da estrutura administrativa necessária para gestão e supervisão das atividades.

Contudo, essa solução apresenta limitações relevantes, especialmente quanto à indisponibilidade atual de recursos humanos suficientes, necessidade de elevado investimento inicial, custos permanentes com manutenção e reposição de equipamentos, bem como maior rigidez na gestão da força de trabalho.

Dessa forma, a execução direta não se mostra viável sob os aspectos técnico e econômico.

b) Contratação de empresa especializada em lote único

Essa alternativa consiste na contratação de uma única empresa responsável pela execução integral de todas as atividades relacionadas à jardinagem urbana e operação do Horto Municipal, conforme modelo adotado no contrato atualmente vigente.

Embora esse modelo tenha garantido a continuidade dos serviços, a experiência administrativa demonstrou limitações operacionais, especialmente relacionadas à dificuldade de controle gerencial, mensuração de desempenho por tipo de serviço, fiscalização individualizada das equipes e alocação eficiente de recursos.

Além disso, a concentração de múltiplas atividades em um único contrato reduz a especialização técnica, dificulta a gestão por resultados e limita a competitividade do certame, uma vez que restringe a participação de empresas com atuação segmentada no mercado.

c) Contratação de empresa(s) especializada(s) por lotes operacionais

Essa alternativa consiste na segmentação do objeto em lotes distintos, organizados conforme a natureza das atividades a serem executadas, tais como:

- serviços de plantio, implantação paisagística e tratamentos culturais;
- serviços de manutenção urbana e conservação de áreas verdes;
- serviços relacionados ao Horto Municipal, incluindo produção de mudas e apoio operacional.

Esse modelo permite a contratação de empresas com especialização técnica específica para cada tipo de serviço, promovendo maior eficiência na execução, melhor controle operacional e aprimoramento da fiscalização contratual.



Adicionalmente, a divisão em lotes possibilita maior competitividade no certame, ampliando a participação de fornecedores, inclusive de pequeno e médio porte, bem como viabiliza a avaliação individualizada de desempenho por frente de trabalho.

Sob o aspecto econômico, a segmentação contribui para melhor alocação de recursos, redução de ineficiências operacionais e maior aderência entre a estrutura contratada e a demanda real de cada tipo de serviço.

6.1. Comparativo das soluções

Com base no levantamento mercadológico realizado, procedeu-se à análise comparativa das alternativas identificadas, considerando critérios de viabilidade técnica, econômica e operacional, bem como a capacidade de atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Obras – SMO e do Horto Municipal.

Solução	Viabilidade Técnica	Viabilidade Econômica	Atendimento à Continuidade do Serviço	Observações
Aquisição de Equipamentos e contratação de efetivo.	Baixa	Baixa	Alta	Exige elevado investimento inicial, custos permanentes de manutenção e disponibilidade de mão de obra própria, atualmente insuficiente.
Contratação continuada por contrato de empresa em lote único, com equipe e equipamentos	Baixa	Alta	Média	Garante disponibilidade permanente porém a experiência administrativa demonstrou limitações operacionais, dificuldade de controle gerencial, mensuração de desempenho, fiscalização e alocação eficiente de recursos.
Contratação continuada por contrato, separada em	Alta	Alta	Alta	Garante disponibilidade permanente da equipe,

Secretaria Municipal de Obras

Rua José Pereira Liberato, 1899 – Bairro São João
CEP 88.304-400 - Itajaí/SC Telefone: (47) 3228-7979 ou (47) 3348-0303



Lotes, com equipe e equipamentos				previsibilidade operacional e melhor relação custo- benefício, principalmente para fiscalização e desempenho das equipes.
--	--	--	--	--

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de mercado, análise de contratações similares e na experiência administrativa decorrente do Contrato nº 143/2021, considerando os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, tais como mão de obra, encargos sociais, equipamentos, insumos, logística operacional e demais despesas correlatas.

Em razão da modelagem adotada, com divisão do objeto em lotes, a estimativa de valor foi estruturada de forma individualizada, de modo a refletir adequadamente as características, especificidades e demandas operacionais de cada parcela, conforme demonstrado a seguir:

Estimativa por lote:

- Lote I – Plantio, tratos culturais e manejo fitossanitário: R\$ 3.200.000,00
- Lote II – Manutenção de jardinagem, limpeza e formação de canteiros: R\$ 600.000,00
- Lote III – Produção de mudas e operação do Horto Municipal: R\$ 1.800.000,00

Justificativa da metodologia adotada

A apresentação dos valores de forma segregada por lote permite:

- maior transparência na formação dos preços;
- avaliação individualizada da competitividade de cada parcela;
- melhor aferição da vantajosidade econômica;
- alinhamento entre a estimativa de custos e a estrutura de execução dos serviços;
- facilitação da análise pela Administração e pelos órgãos de controle.

Composição da estimativa

A estimativa considerou, de forma integrada:

- custos de mão de obra (salários, encargos sociais e benefícios);
- custos com equipamentos e ferramentas;
- insumos necessários à execução dos serviços;
- despesas operacionais e administrativas;
- BDI compatível com a natureza da contratação.



A estimativa apresentada possui caráter preliminar, destinada à avaliação da viabilidade econômico-financeira da contratação no âmbito do Estudo Técnico Preliminar, sendo os valores detalhados, as memórias de cálculo e as fontes de pesquisa consolidados no Termo de Referência e nos documentos que instruirão o processo licitatório.

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Diante da análise das alternativas identificadas, conclui-se que a contratação por meio de lotes operacionais distintos apresenta maior aderência às necessidades da Administração, proporcionando ganhos relevantes em termos de eficiência operacional, controle da execução, especialização técnica e competitividade do certame.

Assim, a solução mais adequada consiste na contratação de empresa (s) especializada (s), com divisão do objeto em lotes, conforme detalhamento a ser apresentado neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

A divisão em lotes será acompanhada de mecanismos de coordenação e fiscalização integrados, bem como da definição de indicadores de desempenho, garantindo a continuidade dos serviços, a adequada articulação entre as frentes de trabalho e a mitigação de riscos operacionais decorrentes da segmentação contratual.

Com base nos dados obtidos, verificou-se que o serviço ora pretendido é comum no mercado e pode ser contratado com base na Lei nº 14.133/2021, por meio de processo licitatório adequado, na modalidade Pregão na forma eletrônica, conforme critérios de vantajosidade.

Dessa forma, a solução escolhida atende aos requisitos técnicos, operacionais e econômicos, garantindo eficiência e conformidade legal para a execução das atividades demandadas pela SMO.

9. Justificativa para Contratação por licitação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra

A presente contratação, cujo objeto consiste na prestação de serviços contínuos, envolvendo serviços de jardinagem nas vias públicas, praças, canteiros e áreas verdes, bem como no Horto Municipal, com fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, encontra-se alinhada com os princípios e exigências da Lei nº 14.133/2021. Ainda que as atividades possuam caráter cotidiano, previsível e permanente, não se trata de atividade-fim típica da Administração Pública, tampouco de funções que requeiram vínculo estatutário ou o exercício de poder de decisão ou autoridade. São, portanto, passíveis de execução indireta, desde que respeitadas as condições legais. A opção pela prestação de serviço contínuo com dedicação exclusiva de equipe contratada decorre de diagnóstico técnico que aponta:



- I. A necessidade permanente de atendimento a ordens de serviços emergências e programadas;
- II. A inviabilidade de execução direta devido à ausência de pessoal próprio em número e capacitação suficientes, bem como à indisponibilidade de frota e equipamentos operacionais adequados;
- III. A impossibilidade de adoção do modelo por hora (registro de preços), que se revelou antieconômico e ineficaz frente à natureza contínua das demandas.

Conforme dispõe o art. 6º, XXII e XXIII, art. 11 e art. 105 da NLLC, a Administração pode contratar serviços de natureza contínua, desde que observados os princípios da legalidade, economicidade, vantajosidade e eficiência, todos devidamente demonstrados no presente Estudo Técnico Preliminar.

No tocante à dedicação exclusiva da mão de obra, cabe destacar que:

- I. A empresa contratada será integralmente responsável pela gestão de pessoal, supervisão técnica, fornecimento de EPI's e atendimento às normas de segurança e desempenho;
- II. A atuação da Administração se restringirá ao acompanhamento técnico e à fiscalização contratual, conforme preveem os arts. 117 a 120 da NLLC;
- III. As condições contratuais estabelecerão mecanismos de fiscalização do desempenho, metas e controle por resultados, nos termos do art. 103 da NLLC.

A contratação também está em consonância com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, que admite a contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva, desde que observados os requisitos legais e vedada a subordinação direta. A título exemplificativo:

“A terceirização de atividades instrumentais à consecução dos objetivos institucionais da Administração é permitida, desde que haja adequada supervisão e fiscalização do contrato e que não haja subordinação direta dos empregados da contratada aos servidores públicos.” (TCU – Acórdão 2.876/2018 – Plenário).

Portanto, a contratação não caracteriza terceirização ilícita, mas sim instrumento legítimo de gestão contratual, dentro dos limites legais, com o objetivo de garantir continuidade e eficiência de serviços públicos essenciais, conforme entendimento pacífico do Tribunal de Contas da União (Acórdão TCU 2.876/2018 – Plenário).

10. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Nos termos do art. 18, §1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, procedeu-se à análise quanto à viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto da contratação.

O objeto em questão compreende a prestação de serviços de jardinagem urbana e operação do Horto Municipal, envolvendo atividades de naturezas distintas, tais como plantio e implantação paisagística, tratamentos culturais, manutenção de áreas verdes, produção de mudas, preparo de substrato e apoio estrutural.

Secretaria Municipal de Obras

Rua José Pereira Liberato, 1899 – Bairro São João
CEP 88.304-400 - Itajaí/SC Telefone: (47) 3228-7979 ou (47) 3348-0303



A análise técnica demonstrou que tais atividades, embora relacionadas ao mesmo contexto de manutenção de áreas verdes, possuem características operacionais distintas, exigem diferentes níveis de especialização técnica, utilizam equipamentos específicos e apresentam dinâmicas próprias de execução.

Dessa forma, concluiu-se pela viabilidade do parcelamento do objeto em lotes, organizados conforme a natureza das atividades, permitindo a contratação de empresas especializadas para cada frente operacional.

O parcelamento proposto apresenta as seguintes vantagens técnicas e econômicas:

I – Possibilita maior especialização na execução dos serviços, com atuação de empresas com expertise específica em cada área (plantio, manutenção urbana e produção de mudas);

II – Melhora o controle gerencial e a fiscalização contratual, ao permitir a segregação das responsabilidades por tipo de serviço;

III – Viabiliza a mensuração individualizada da produtividade e do desempenho das equipes, permitindo a adoção de indicadores específicos por lote;

IV – Proporciona maior flexibilidade na gestão contratual, possibilitando ajustes pontuais por frente de trabalho sem comprometer a totalidade da execução;

V – Amplia a competitividade do certame, ao permitir a participação de empresas de diferentes portes e especialidades, em conformidade com o princípio da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa;

VI – Contribui para melhor alocação dos recursos públicos, evitando a contratação de estruturas superdimensionadas e reduzindo ineficiências operacionais;

VII – não compromete a economia de escala, tendo em vista que os lotes propostos possuem volume e complexidade suficientes para garantir a viabilidade econômica das contratações, mantendo a atratividade para o mercado fornecedor.

Destaca-se que a segmentação do objeto não compromete a integração dos serviços, uma vez que as atividades são executadas de forma complementar, porém independentes em sua operacionalização, sendo plenamente possível a coordenação pela Administração por meio da fiscalização contratual.

Assim, conclui-se que o parcelamento da contratação em lotes distintos se mostra técnica e economicamente viável, além de mais adequado ao atendimento do interesse público, promovendo maior eficiência na execução dos serviços, ampliação da competitividade e aprimoramento da gestão contratual.

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A Secretaria Municipal de Obras possui contratações relacionadas às atividades de manutenção urbana e conservação de espaços públicos, as quais possuem interface com o objeto ora proposto.

Secretaria Municipal de Obras

Rua José Pereira Liberato, 1899 – Bairro São João
CEP 88.304-400 - Itajaí/SC Telefone: (47) 3228-7979 ou (47) 3348-0303



Destaca-se, especialmente, o Contrato nº 143/2021, atualmente vigente, que contempla a execução integrada dos serviços de jardinagem urbana, manutenção de áreas verdes e atividades no Horto Municipal, e que será substituído pela presente contratação em razão do encerramento de sua vigência.

Além disso, existem contratações correlatas voltadas a serviços complementares, tais como:

- serviços de roçada e capina em vias públicas;
- serviços de limpeza urbana e coleta de resíduos vegetais;
- serviços de manutenção e conservação urbana;

As referidas contratações, embora relacionadas ao contexto de manutenção urbana, possuem escopo específico e distinto do objeto ora analisado, não havendo sobreposição de atividades.

Ressalta-se que o objeto da presente contratação foi estruturado de forma a evitar duplicidade de serviços, garantindo a adequada delimitação das responsabilidades contratuais e a integração operacional entre as diferentes frentes de atuação da Administração.

Não foram identificadas contratações interdependentes que inviabilizem a execução autônoma do objeto, sendo plenamente possível a execução dos serviços de forma independente, com articulação entre as equipes por meio da gestão e fiscalização contratual.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação não configura fracionamento indevido de despesa, tampouco apresenta sobreposição com outros contratos vigentes, estando devidamente alinhada ao planejamento das ações da Secretaria Municipal de Obras.

12. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Com a implementação da solução escolhida, a Administração pretende alcançar resultados concretos em termos de economicidade, eficiência operacional e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Espera-se, como resultado principal, a garantia de disponibilidade contínua de equipe, insumos e estrutura operacional adequada para apoio às atividades da Secretaria Municipal de Obras – SMO, assegurando a regularidade dos serviços de manutenção e conservação urbana no serviços de jardinagem.

Em termos financeiros, a contratação possibilita planejamento orçamentário mais eficiente, com custos definidos e proporcionais à necessidade do serviço, assegurando melhor controle dos gastos públicos e alinhamento aos princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público.

Secretaria Municipal de Obras

Rua José Pereira Liberato, 1899 – Bairro São João
CEP 88.304-400 - Itajaí/SC Telefone: (47) 3228-7979 ou (47) 3348-0303



Com a adoção do modelo de contratação segmentado por lotes operacionais, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

Melhoria da eficiência operacional

- aumento da produtividade das equipes, por meio da atuação de empresas especializadas por tipo de serviço;
- redução de retrabalho e maior padronização na execução das atividades;
- melhor adequação entre a estrutura contratada e a demanda real de cada frente operacional.

Aprimoramento da fiscalização e do controle contratual

- possibilidade de acompanhamento individualizado por lote e por tipo de serviço;
- maior clareza na definição de responsabilidades contratuais;
- melhoria na aferição da execução dos serviços por meio de relatórios técnicos e registros fotográficos.

Ampliação da competitividade e vantajosidade da contratação

- maior participação de empresas especializadas no certame;
- obtenção de propostas mais aderentes à realidade de cada lote;
- incremento da competitividade, contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Melhoria na qualidade dos serviços prestados

- elevação do padrão de execução das atividades de jardinagem urbana;
- melhor conservação das áreas verdes do Município;
- maior regularidade na manutenção das áreas públicas e no funcionamento do Horto Municipal.

Conclusão

Dessa forma, a contratação proposta visa não apenas assegurar a continuidade dos serviços, mas também promover ganhos concretos de eficiência, controle, economicidade e qualidade, em consonância com os princípios estabelecidos no art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Previamente à formalização da contratação, a Administração deverá adotar as seguintes providências internas, com vistas a assegurar a adequada execução do objeto, a continuidade dos serviços e a efetividade da fiscalização contratual:

I – Estruturação da equipe de gestão e fiscalização

Deverá ser formalmente designado gestor do contrato e fiscais técnicos e administrativos, com perfis compatíveis com a complexidade do objeto, em quantitativo



adequado, garantindo o acompanhamento contínuo da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

II – Organização operacional e logística

A Administração deverá estruturar previamente:

- o planejamento das frentes de trabalho;
- a definição das áreas de atuação por lote;
- os fluxos de comunicação entre fiscalização e contratada;
- os critérios de priorização das demandas operacionais;

III – Disponibilização de informações técnicas aos licitantes

Deverá ser assegurado aos licitantes pleno conhecimento das condições de execução dos serviços, mediante:

- disponibilização das áreas de intervenção;
- fornecimento de informações técnicas relevantes;
- possibilidade de realização de vistoria técnica facultativa ou apresentação de declaração formal de ciência das condições locais;

IV – Inventário inicial do Horto Municipal

Deverá ser elaborado inventário inicial contendo:

- levantamento das espécies existentes;
- estrutura física e operacional;
- insumos e materiais disponíveis;
- condições gerais das áreas;

V – Planejamento da transição contratual

Considerando o encerramento do contrato vigente, deverá ser estabelecido cronograma de transição entre a atual e a futura contratação, incluindo:

- período de mobilização da contratada;
- organização das equipes e recursos;
- transferência de informações operacionais;

VI – Estruturação dos instrumentos de controle

A Administração deverá definir previamente:

- modelos de relatórios de execução;
- critérios de medição dos serviços;
- indicadores de desempenho;
- rotinas de fiscalização e acompanhamento;

14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A execução dos serviços de jardinagem urbana e das atividades desenvolvidas no Horto Municipal envolve intervenções diretas em áreas verdes, manejo de vegetação, utilização de insumos e geração de resíduos, podendo ocasionar impactos ambientais caso não sejam adotadas práticas adequadas de controle e mitigação.



Diante disso, foram identificados os seguintes impactos ambientais potenciais e respectivas medidas mitigadoras:

a) Geração e descarte inadequado de resíduos vegetais

- Impacto: Acúmulo de resíduos em vias públicas, obstrução de sistemas de drenagem, degradação ambiental e proliferação de vetores.
- Medida mitigadora: Exigir que todo resíduo vegetal (galhos, folhas, grama e demais materiais) seja recolhido, acondicionado e destinado a local apropriado indicado pela Administração, com possibilidade de reaproveitamento para compostagem no Horto Municipal, mediante controle e registro das destinações.

b) Uso inadequado de insumos (fertilizantes e defensivos)

- Impacto: Contaminação do solo, risco à saúde pública e danos à vegetação e fauna local.
- Medida mitigadora: Exigir que a aplicação de insumos seja realizada por profissional qualificado, seguindo orientações técnicas e legislação vigente, com controle de dosagem, armazenamento adequado e vedação ao uso indiscriminado de produtos químicos.

c) Consumo excessivo de água nas atividades de irrigação

- Impacto: Desperdício de recursos hídricos e sobrecarga na rede de abastecimento.
- Medida mitigadora: Implementar controle da irrigação conforme programação definida pela fiscalização, priorizando horários adequados, evitando desperdícios e, sempre que possível, utilizando fontes alternativas ou técnicas de uso racional da água.

d) Emissão de ruídos e gases por equipamentos e veículos

- Impacto: Poluição sonora, incômodo à população e emissão de poluentes atmosféricos.
- Medida mitigadora: Exigir que os equipamentos e veículos estejam em boas condições de funcionamento, com manutenção em dia, respeitando os limites legais de emissão sonora e evitando operação em horários inadequados.

e) Danos ao solo e à vegetação existente

- Impacto: Compactação do solo, erosão, danos a espécies vegetais e comprometimento do paisagismo urbano.
- Medida mitigadora: Determinar que as atividades sejam executadas com técnicas adequadas de manejo, evitando trânsito desnecessário de equipamentos em áreas sensíveis, respeitando canteiros e estruturas existentes, sob supervisão da fiscalização.

f) Destinação inadequada de resíduos diversos (embalagens e materiais)

- Impacto: Poluição ambiental e descarte irregular de resíduos não orgânicos.
- Medida mitigadora: Exigir que embalagens e resíduos diversos sejam armazenados e destinados corretamente, conforme orientação da Administração e legislação vigente, vedado o descarte em vias públicas ou áreas verdes.



Conclusão

Os impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços são considerados de baixa a média magnitude e plenamente mitigáveis, desde que observadas as medidas de controle estabelecidas, bem como as boas práticas de manejo ambiental e a legislação vigente, não representando impedimento à contratação pretendida.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO:

Paulo Ricardo da Silva
Matrícula: 1629502

INTEGRANTE REQUISITANTE:

Adilaine Cristina Furtado
Matrícula: 1408805

Ana Paula Pelegrini
Matrícula: 1097803

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Datado e assinado digitalmente.

Itajaí/SC, 26 de março de 2026.

Tarcizio Zanelato
Secretário de Obras